

Base nacional comum curricular e ensino da educação física: ênfase no combate aos preconceitos discriminatórios

National common curricular base (BNCC) and physical education teaching: emphasis on combating discriminatory prejudices

Tawan Ricardo de Jesus Silva¹, Vanessa Santos Barbosa²

Como citar esse artigo. SILVA, TRJ. BARBOSA, VS. Base nacional comum curricular e ensino da educação física: ênfase no combate aos preconceitos discriminatórios. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 2, p. 01-09, mai./ago. 2025.



Resumo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como função definir conteúdos curriculares essenciais às escolas. Um dos aspectos importantes desse documento está na forma pela qual se deve trabalhar as aulas de Educação Física, visando além da vivência corporal, debater assuntos relacionados ao preconceito corpóreo, racial, étnico ou relacionados às pessoas com deficiência (PCD). Discutir as temáticas da Educação Física presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), com um enfoque na discussão dos diferentes tipos de preconceitos. Trata-se de uma pesquisa documental, na qual foi utilizado, como documento norteador, a “BNCC”. A análise ocorreu em sete etapas: a) delimitação dos objetivos; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação das fontes; d) localização das fontes e obtenção do material; e) tratamento dos dados coletados; f) elaboração das fichas e redação do trabalho; g) construção lógica e escrita do trabalho. Como documento norteador, para análise e discussão, utilizou-se a BNCC, em sua última versão (2018). Foi realizada uma busca da palavra “preconceito”, para verificar e analisar as menções e contextualizações no referido documento. A BNCC traz em sua estrutura documental diversos tipos de preconceitos (linguísticos, estéticos, sociais, entre outros). No entanto, os resultados expõem as divergências da utilização deste documento como base para a preparação dos conteúdos com fins educativos para o combate do preconceito, deixando claro o papel do professor em participar da mediação dessas discussões em sala de aula. É necessário tecer reflexões acerca dos procedimentos metodológicos adotados, além da falta de orientação aos alunos nas atividades esportivas trabalhadas nas aulas de Educação Física em direção a uma escola inclusiva e de aceitação das individualidades, visando o combate aos preconceitos discriminatórios.

Palavras-chave: BNCC; Educação Física; Preconceito.

Abstract

The National Common Curricular Base (BNCC) aims to define essential curricular learning for schools. One of the important aspects of this document lies in how Physical Education classes should be conducted, aiming not only at bodily experiences but also at discussing issues related to bodily, racial, ethnic prejudice, or prejudice against people with disabilities (PWD). To discuss the themes of Physical Education present in the National Common Curricular Base (BNCC) (2018), with a focus on addressing different types of prejudice. This is a documentary research, in which the BNCC was used as the guiding document. The analysis was conducted in seven stages: a) defining objectives; b) developing a work plan; c) identifying sources; d) locating and obtaining material; e) processing collected data; f) preparing notes and drafting the work; g) logical construction and writing of the work. The BNCC, in its latest version (2018), was used as the guiding document for analysis and discussion. A search for the term “prejudice” was conducted to verify and analyze the mentions and contexts in which it appears in the document. The BNCC presents, within its structure, various types of prejudice (linguistic, aesthetic, social, among others). However, the results reveal divergences in the use of this document as a basis for preparing content aimed at combating prejudice, highlighting the teacher’s role in mediating these discussions in the classroom. It is necessary to reflect on the methodological procedures adopted, as well as the lack of guidance provided to students during sports activities in Physical Education classes, in order to move toward an inclusive school that accepts individual differences, aiming to combat discriminatory prejudices.

Keywords: BNCC; Physical Education; Prejudice.

Afiliação dos autores:

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Uberaba, Minas Gerais, Brasil. Especialista em Educação Física Escolar e Atividade Física e Saúde pela União Brasileira de Faculdades (UNIBF).

²Graduanda em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil.

E-mail de correspondência: tawanricardo76@hotmail.com

Recebido em: 19/04/2025. Aceito em: 03/07/2025.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como função definir aprendizagens curriculares essenciais às escolas, para que todos tenham uma educação de qualidade, utilizando metodologias que auxiliam aos alunos na compreensão dos assuntos debatidos em aula (Filipe; Silva; Costa, 2021). Um dos aspectos importantes desse documento está na forma pela qual se devem trabalhar as aulas de Educação Física, visando além da vivência corporal, debater assuntos relacionados ao preconceito corpóreo, racial, étnico ou relacionados às pessoas com deficiência (PCD) (Furtado; Borges, 2024).

A palavra preconceito tem como significado uma opinião ou um conceito formado por antecipação, geralmente com precipitação, destituído de análise mais profunda ou conhecimento de determinado assunto, sem levar em consideração suficientes argumentos contrários e favoráveis, sem devido cotejo entre múltiplos aspectos que incidem sobre os fatos e, por conseguinte, sem a suficiente e necessária reflexão (Santos, 2005).

O preconceito é algo que vem sendo discutido há tempos, não apenas no ambiente escolar, mas também socialmente (Silva, 2003). No âmbito das instituições de ensino, esse fato é algo recorrente e que está impregnado no bojo e estrutura educacional devido à historicidade composta de não aceitação às diferenças (Rocha; Braga, 2016).

No que se refere às aulas de Educação Física na escola, este componente está munido de um ambiente composto por crianças, adolescentes e jovens em fase de aprendizado e, para isso, o ideal seria não apenas trabalhar materiais didáticos, mas sim expandir o círculo de informações para além da escola, pois futuramente estes se tornarão cidadãos conscientes, tolerantes e aptos a participar ativamente de uma construção social pautada na diversidade (Santos *et al.*, 2021).

Por isso, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação de que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho). A explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Brasil, 2018).

Logo, esse manuscrito tem como objetivo identificar os tipos de discriminações ocorrentes nas aulas de Educação Física e o modo pelo qual a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode tornar-se uma mediadora, se utilizada corretamente. A escolha pelo tema é de suma importância, visto que pouco se têm discutido, nas aulas de Educação Física, assuntos que abordam os variados tipos de preconceitos.

Competência 05 em educação física na bncc

Na BNCC, as competências são definidas como a mobilização de conhecimentos, conceitos, procedimentos e habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana (Brasil, 2018). As competências gerais da educação básica foram estruturadas pensando no desenvolvimento dos alunos em três etapas da educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Silva, 2022). Entre as multifaces retratadas nas competências gerais da BNCC, é possível vislumbrar o desenvolvimento integral do alunado, para que ele possa valorizar as individualidades dos sujeitos (Caffagni, 2024).

O documento debatido neste trabalho, o qual coopera auxiliando os professores da área de Educação Física, deixa explícito o perfil profissional necessário do docente para combater os preconceitos observados nas práticas corporais e nos seus participantes (Gasper; Martins; Emmel, 2022). O ato de identificar tais atitudes sem que ocorram os posicionamentos pertinentes, fará com que toda a trajetória

em prol de mudanças importantes não tenha impacto sem a colaboração da peça-chave para estes avanços, o professor (Rangel, 2006).

As situações de preconceito e exclusão são destacadas por elementos relativos à diferença de gênero, diferenças de habilidades e diferenças corporais (Fabri; Ferreira, 2020). Compreende-se que essas situações podem gerar desdobramentos que venham a comprometer a autoestima do aluno excluído das práticas corporais. Não conseguir jogar, não fazer o gol, errar a bola ou executar um movimento inadequadamente, ser ofendido ou excluído pode afastar o aluno das práticas corporais e, até mesmo, deixar marcas negativas na vida do sujeito.

De acordo com Brandão e Corbucci (2002), a missão do professor é trabalhar na reversão de uma situação solitária em solidária, sendo algo capaz de fomentar a ascensão pessoal e do grupo, para contribuição no crescimento da autoestima. Desta forma, é essencial a ação e intervenção do professor nestes tipos de situações.

Tipos de preconceitos presentes nas aulas de educação física

Preconceito de gênero

A diferença de gênero nas aulas de Educação Física levanta muitos debates acerca de quais jogos o alunado vivenciará sem sofrer nenhuma discriminação. Para entender melhor o conceito de gênero Scott (1995, p. 86) o define como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Nas práticas corporais, os alunos frequentemente se recusam em participar das atividades propostas por não se identificar ou, até mesmo, por falta de sensibilidade docente em entender que o aluno pode/deve praticar qualquer atividade independente do seu gênero (Uchoga; Altmann, 2016). Comumente, as aulas de Educação Física estão se tornando monótonas, justamente pela existência do paradigma de que alguns jogos são exclusivamente para homens e, outros, para mulheres (Siqueira; Silva, 2023). Esse tratamento faz com que os alunos se recusem a participar das aulas, afastando-os de qualquer prática elaborada pelo professor.

É preciso tecer olhares reflexivos acerca de atitudes que refletem as questões de gênero nos jogos escolares. Logo, dessa maneira, as práticas educativas “poderiam ser questionadas de um modo novo, possivelmente mais subversivo; talvez assim, fôssemos mais capazes de descobrir relações até então não percebidas ou rever processos ‘generificados’ [...] de produção de sujeitos” (Louro, 2016).

Preconceito racial

A construção do racismo no Brasil segue marcado de tentativas de disfarce que empregam discursos capazes de amenizar ou negar a discriminação racial no País (Nunes, 2006). A educação para relações étnico-raciais corrobora para a compreensão da história do Brasil, sob perspectiva negra, bem como para maior entendimento acerca de teorias e conceitos que contribuem para efetivação das diretrizes nacionais de educação (Silva; Tobias, 2016).

A elaboração de aulas que trabalhem os esportes vislumbrando discussões sobre preconceito racial se torna essencial. No entanto, conforme mostra o estudo de Santos, Bona e Torriglia (2020), que objetivava analisar a abordagem (ou não) da cultura afro-brasileira, por meio da dança nas aulas de Educação Física, pelos professores do Ensino Fundamental, mostra que o profissional de Educação Física pouco conhece

sobre a referida temática, refletindo no déficit de vivências que auxiliariam nos debates raciais.

Conforme acordado por Lopes (2005):

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (Lopes, 2005, p. 185).

É necessário que, além da discussão de questões raciais, a historicidade do povo negro, sua ascensão e, ainda, os preconceitos sofridos no tempo contemporâneo, haja o envolvimento de toda a comunidade do entorno escolar (pais/familiares), para que estes possam colaborar para uma educação que visa à formação integral, crítica e reflexiva do indivíduo inserido no campo social.

Diferença corporal

Vivemos em um mundo onde as pessoas não estão optando por um corpo e uma vida saudável, mas sim, por uma ideia de corpo ideal, bonito e exuberante. Com o crescimento das redes sociais e com a exibição a todo tempo entre elas, acabam criando pessoas insatisfeitas e inibidas, por se sentirem representadas por influências midiáticas distintas da realidade vivida por trás de câmeras e *posts* (Silva; Japur; Penaforte, 2021).

A área da Educação Física é uma das disciplinas a qual está relacionada diretamente com a questão corporal. Logo, esse componente está associado com ideais de corpos perfeitos e sua construção de maneira abrupta, sem levar em considerações questões internas (genética, biologia corporal) e externas (alimentação, estilo de vida) (Batista; Maldonado, 2022). No entanto, é possível considerar o poder de utilização situacional como impacto das redes sociais, ideia de corpo perfeito e ideal e usos de medicamentos para discussão desse tema em sala de aula (Gonçalves; Azevedo, 2007).

É comum encontrar comportamentos, principalmente nesse tempo contemporâneo, relacionados a não-aceitação pessoal ou disseminação do preconceito para com o outro, no ambiente escolar. Por isso, é preciso desmistificar essas questões sobre corpos, saúde e bem-estar: para que seja possível compreender a conceituação de ser saudável, o impacto das mídias sobre a vida social, uso de substâncias, sessões exageradas de treinos, bem como hábitos alimentares irregulares (Santos *et al.*, 2019).

Pessoas com deficiência (PCD)

O ambiente escolar tem se tornando desfavorável para alunos com necessidades especiais. De acordo com Fiorini e Manzini (2014), há uma série de questões que implicam na inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino básico. Conforme os autores e o relato de professores presente em seu estudo, a dificuldade não era somente saber o que fazer para a inclusão do alunado, mas também os percalços que envolvem questões administrativas, familiares e estruturais (Fiorini; Manzini, 2014).

Muitos espaços foram negados para a pessoa com deficiência e, um deles, era o espaço educacional (Bueno; Bueno; Portilho, 2023). Em paralelo, as aulas de educação física também contribuíram, de certo modo, para a atuação excludente do sistema escolar. O fato de priorizar *performance* e/ou desempenho físico, de forma não-educacional, reiterava a adoção de medidas que afastavam os alunos das práticas esportivas (Pontes; Rodrigues; Rodrigues, 2021).

Atualmente, esse cenário está sendo revertido (ou ao menos, indícios de tentativas de reversão). A lei de nº13.146/2015, que assegura os direitos das pessoas com deficiência, no que tange ao direito à educação, está sendo explorada e esmiuçada ao nível científico para que os direitos sejam conhecidos, aplicados, discutidos e explorados como fomentador de mudanças de paradigmas sociais (Jorge; Oliveira; Silveira, 2024).

Diante disso, nota-se o esforço dos profissionais da educação em assegurar que o direito da pessoa com deficiência seja, de fato, aplicado no contexto escolar (Castro; Berro, 2017; Peres, 2021). Assim, as aulas de educação física, no tempo contemporâneo, tecem olhares para a aplicabilidade e adaptabilidade de jogos esportivos, brincadeiras, danças e outras atividades para imbricação de tempos passados, marcados pela exclusão e segregação (Santana; Soares, 2022).

Aspectos Metodológicos

Este texto é fruto de um trabalho de natureza qualitativa, do tipo documental. Logo, de acordo com Gil (2008) a pesquisa documental é um tipo de estudo similar à pesquisa bibliográfica. No entanto, conforme esse mesmo autor, diferentemente da pesquisa bibliográfica, esse estudo é elaborado com base em materiais que podem ser reelaborados de acordo com objeto de pesquisa.

A pesquisa aconteceu em sete etapas, conforme orienta Gil (2008):

- a) delimitação dos objetivos;
- b) elaboração do plano de trabalho;
- c) identificação das fontes;
- d) localização das fontes e obtenção do material;
- e) tratamento dos dados coletados;
- f) elaboração das fichas e redação do trabalho;
- g) construção lógica e escrita do trabalho.

Como documento norteador, para análise e discussão, utilizou-se a BNCC (2018), bem como a indagação: De que forma a BNCC (2018), na disciplina de Educação Física, trata e/ou orienta para o combate dos distintos tipos de preconceitos contidos no âmbito escolar? Para isso, foi realizada uma busca com a palavra “preconceito”, para verificar e analisar as menções e contextualizações no referido documento.

Resultados e discussão

A BNCC como mediadora no combate ao preconceito

De forma inicial, foi realizada a busca, no documento da BNCC (2018) da palavra “preconceito” e/ou similares, a fim de localizar o total de palavras obtidas. Na referida base, há um total de 42 palavras citadas em diferentes partes do texto. Após realização da leitura do documento, em específico, nos locais onde aparecia a palavra supracitada, foi possível observar que a abordagem dos preconceitos, nas competências gerais da Base, orienta que o aluno deve desenvolver a competência de:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, **sem preconceitos de qualquer natureza** (Brasil, 2018, p. 10, grifo do autor).

Mesmo que de maneira ambígua, a BNCC deixa explícito que o alunado deve ser valorativo às diversidades e ser capaz de respeitar as diferenças. Essa menção dá abertura para a trilha de um trabalho que se relaciona aos distintos modos de combater a repulsão racial, corporal, de gênero, entre outras (Uchoga; Altmann, 2016; Pontes; Rodrigues; Rodrigues, 2021; Poloni; Furlan, 2022; Almeida; Huguenin; Morgado, 2023).

Em relação às demais palavras encontradas, elas dividem-se em diferentes locais do arquivo, por áreas e/ou seções. A concentração de palavras relacionadas ao tema estava inserida na área de linguagem (n=17), em específico, na disciplina de língua portuguesa e aos diferentes tipos de preconceitos linguísticos e possíveis orientações para desmistificar paradigmas da linguagem no ambiente escolar.

No que tange a área da Educação Física, o documento fez menção a três palavras, em que a primeira se relaciona à área da linguagem, onde a disciplina está inserida, explicitando que na BNCC (2018):

As práticas foram trabalhadas visando: à identificação de suas origens e dos modos como podem ser aprendidas; ao reconhecimento dos modos de viver e perceber o mundo a elas subjacentes; ao compartilhamento de valores, condutas e emoções nelas expressos; **à percepção das marcas identitárias e à desconstrução de preconceitos e estereótipos nelas presentes**; e, também, à reflexão crítica a respeito das relações práticas corporais, mídia e consumo, como também quanto a padrões de beleza, exercício, desempenho físico e saúde (grifo nosso) (Brasil, 2018, p. 483).

A BNCC determina como direito de aprendizagem dos alunos o respeito, a diversidade, os direitos humanos e, estabelece a priorização de uma educação, que combata toda forma de preconceito e discriminação, seja ela qual for (Brasil, 2018). Por isso, a escola é vista como uma percussora do enfrentamento à superação das desigualdades (Silva, 1998).

Em relação às outras duas palavras, ambas estavam contidas nas competências específicas para o Ensino Fundamental e, tinham como foco a ampliação da capacidade do aluno em:

- Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e **discutir posturas consumistas e preconceituosas**.
- **Identificar as formas de produção dos preconceitos**, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes (Brasil, 2018, p. 223, grifo do autor).

De forma geral, a BNCC, subjetivamente, deixa claro o papel do professor em dialogar com os tipos de preconceitos presentes na estrutura escolar, sejam eles racial, estético ou físico. No entanto, o referido documento não traz em sua composição, especificamente e de modo minucioso, como devem ser trabalhadas essas questões em sala de aula.

O artigo intitulado “As temáticas identidade, cultura e diferença nas práticas pedagógicas à luz da BNCC e do currículo de Pernambuco” mostra a realidade de muitos professores ao discernir que o

currículo escolar segue sendo um desafio para a prática pedagógica com finalidade inclusiva; no entanto, não desconsideram a aplicabilidade dessas temáticas (Santos *et al.*, 2020).

Logo, compreende-se a dificuldade da abordagem de temas relacionados ao preconceito na escola, devido às fragilidades curriculares. No entanto, parte também do professor a sapiência de identificar os comportamentos discriminatórios e mediar situações preconceituosas com diferentes repertórios metodológicos, a fim de possibilitar a quebra de um ciclo estrutural imposto socialmente.

Considerações finais

A escola é um ambiente oportuno para a quebra de preconceitos. A Educação Física, por ser uma disciplina que busca desenvolver e envolver o corpo (através de movimentos e expressões) e a mente, propicia meios de intervenções para as práticas preconceituosas.

Levando em consideração os aspectos apresentados pela BNCC, os objetivos propostos a serem trabalhados no campo de ensino são voltados para o desenvolvimento de valores, os quais resultarão na formação humana, contrapondo todo o preconceito e exclusão vivenciados na sociedade. Durante todo esse processo educativo, o professor atuará como coadjuvante, identificando e combatendo toda produção de preconceito.

Toda prática monótona e sem características cooperativas advinda dos próprios professores, que carregam “bagagens” tradicionais excludentes no modo de ensino desse campo, devem ser observadas, para que a quebra de paradigmas ocorra, fazendo jus ao verdadeiro foco da Base.

Para combater os preconceitos vivenciados nas escolas, conclui-se que é preciso trabalhar na sala de aula as competências da BNCC, focando no desenvolvimento cognitivo e social do aluno, para formar estudantes com responsabilidades e respeito ao próximo. No entanto, o referido trabalho deixa explícito a necessidade ao qual o lecionador, deverá se apropriar em outros materiais, além da Base Nacional, para ter suporte nas aulas sobre abordagem dos diferentes tipos de preconceito.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

ALMEIDA, V. A. R.; HUGUENIN, F. M.; MORGADO, F. F. R. Educação física escolar e imagem corporal: uma análise documental a partir da base nacional comum curricular. *SciELO Preprints*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5668>. Acesso em: 24 de março de 2025.

BATISTA, J. G.; MALDONADO, D. T. Corpo, padrão de beleza, saúde e Educação Física escolar: construindo novas formas de olhar. *Profiscientia*, n. 16, p. e2022001, 2022. Disponível em: <https://profiscientia.ifmt.edu.br/profiscientia/profiscientia/article/view/163>. Acesso em: 02 de abril de 2025.

BRANDÃO, C.; CORBUCCI, P. R. A discriminação nas aulas de Educação Física sob o enfoque bioético: um estudo de caso no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 10, n. 4, p. 51–56, 2002. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/470>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 de março de 2025.

BUENO, J. J.; BUENO, S.; PORTILHO, E. M. L. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/>

iberoamericana/article/view/17822. Acesso em: 24 de março de 2025.

CAFFAGNI, C. W. A. Qual a função social da escola? Reflexões de nuances sociais e políticas a respeito da instituição escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 32, p. e0244250, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362024003204250>. Acesso em: 24 de março de 2025.

CASTRO, C. V.; BERRO, M. P. S. A inclusão da pessoa com deficiência nas escolas – estatuto da pessoa com deficiência – lei nº 13.146/2015: dignidade e igualdade. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 3, n. 1, p. 99–119, 2017. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/1811>. Acesso em: 28 de março de 2025.

FABRI, E. I. J.; FERREIRA, L. A. Reflexões sobre preconceito e exclusão nas práticas corporais: narrativas de participantes de um projeto social. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. e2580026, 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2580>. Acesso em: 24 de março de 2025.

FILIPPE, F. A.; SILVA, D. S.; COSTA, A. C. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, p. 783–803, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902296>. Acesso em: 24 de março de 2025.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, p. 387–404, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300006>. Acesso em: 18 de março de 2025.

FURTADO, R. S.; BORGES, C. N. F. Educação Física na BNCC: muitas tensões, alguns avanços e perspectivas possíveis. **Educação & Realidade**, v. 49, p. e133596, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/133596>. Acesso em: 18 de março de 2025.

GASPERI, A. M.; MARTINS, A. C. L.; EMMEL, R. A relação entre a BNCC e a formação de professores. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, v. 18, n. 40, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/12882>. Acesso em: 17 mar. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. S.; AZEVEDO, A. A. A Re-significação do corpo pela educação física escolar, face ao estereótipo de corpo ideal construído na contemporaneidade. **Pensar a Prática**, v. 10, n. 2, p. 33–51, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/1083>. Acesso em: 18 de março de 2025.

JORGE, C. H. M.; OLIVEIRA, K. C. A.; SILVEIRA, D. B. Pessoas Com Deficiência E Direito À Educação: Lei Nº 13.146/2015 Entre Diálogos: Lei Nº 13.146/2015 Entre Diálogos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 25, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3171>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LOPES, V. N. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisitada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 204p. p. 174-185.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista**. 16. ed.: Vozes, 2016.

NUNES, S. S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, v. 17, n. 1, p. 89–98, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>. Acesso em: 26 de março de 2025.

PERES, S. Q. Inclusão dos alunos com deficiência nas escolas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 07, n. 01, p. 90–101, 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusao-dos-alunos>. Acesso em: 26 de março de 2025.

POLONI, L. H.; FURLAN, C. C. Educação física escolar e as questões de gênero: a prática pedagógica em foco. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/83993>. Acesso em: 18 de março de 2025.

PONTES, T. M.; RODRIGUES, M. A.; RODRIGUES, M. A. Educação Física Inclusiva: a informação é a chave para a inclusão. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 18, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/18/educacao-fisica-inclusiva-a-informacao-e-a-chave-para-a-inclusao>. Acesso em: 18 mar. 2025.

RANGEL, I. C. A. Racismo, preconceito e exclusão: um olhar a partir da Educação Física escolar. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 73–76, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/>

motriz/article/view/63/747. Acesso em: 18 mar. 2025.

ROCHA, F. R. L.; BRAGA, N. L. Os reflexos do preconceito na escola e sua influência na aprendizagem do aluno. **RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação**, v. 2, n. 2, p. 14–35, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/relpe/article/view/13491>. Acesso em: 26 de março de 2025.

SANTANA, V. M.; SOARES, E. J. F. Esportes adaptados e inclusão nas aulas de educação física. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, p. e12108, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12108>. Acesso em: 26 de março de 2025.

SANTOS, S. A. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

SANTOS, M. A. *et al.* Corpo, saúde e sociedade de consumo: a construção social do corpo saudável. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 239–252, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170035>. Acesso em: 26 de março de 2025.

SANTOS, A. L. *et al.* The themes of identity, culture and difference in the light of BNCC and the curriculum of Pernambuco. **Currículo & Docência**, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/CD/article/view/249562>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SANTOS, K. B.; BONA, B. C.; TORRIGLIA, P. L. A cultura afro-brasileira e a dança na Educação Física escolar. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01–20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020.e66197>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SANTOS, M. S. F. *et al.* O preconceito na educação física escolar: percepção de professores da rede pública de município do sul do Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 3, p. 27–33, 2021. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/27420>. Acesso em: 25 de março de 2025.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SILVA, M. D. Enfrentando preconceitos: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades. **Revista de Antropologia**, v. 41, p. 251–253, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77011998000100010>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

SILVA, S. G. Preconceito no Brasil contemporâneo: as pequenas diferenças na constituição das subjetividades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, p. 2–5, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000200002>. Acesso em: 26 de março de 2025.

SILVA, T. M. As competências da BNCC e as tendências pedagógicas no processo de ensino/aprendizagem. **Pedagogia em Ação**, v. 18, n. 1, p. 187–198, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pedagogiacao/article/view/28837>. Acesso em: 18 de março de 2025.

SILVA, A. F. S.; JAPUR, C. C.; PENAFORTE, F. R. O. Repercussões das Redes Sociais na Imagem Corporal de Seus Usuários: Revisão Integrativa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/22084>. Acesso em: 26 de março de 2025.

SILVA, R.; TOBIAS, J. S. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 177–199, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/125167>. Acesso em: 28 de março de 2025.

SIQUEIRA, J. C. F.; SILVA, L. F. As questões de gênero nas aulas de Educação Física, a formação de professores e a pedagogia histórico-crítica. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17923>. Acesso em: 26 de março de 2025.

UCHOGA, L. A. R.; ALTMANN, H. Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, p. 163–170, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.11.006>. Acesso em: 26 de março de 2025